

ENFRENTANDO A PANDEMIA DA COVID-19: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA¹

Aline Beatriz Schuh²
Ana Paula Ferreira Alves³

Texto para Discussão - 19

Texto Publicado em: 06/10/2020

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2020 teve seu início marcado por uma notificação oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre um novo Coronavírus, que pode causar uma Síndrome Respiratória Aguda Grave em humanos (SARS-CoV-2, mais conhecido como COVID-19). Na notificação, a OMS caracterizou a COVID-19 como emergência de saúde pública internacional (OMS, 2020). Desde então, pouco se sabe sobre a doença, exceto acerca do seu alto potencial de contágio (SILVA; SANTOS; SOARES, 2020).

A partir da confirmação do primeiro caso de COVID-19, no início de março de 2020, o Brasil, assim como o restante do mundo, vem buscando enfrentar os reflexos da pandemia. A chegada do novo Coronavírus ao país forçou os governos municipais e estaduais a adotarem medidas restritivas que mudaram radicalmente a rotina da população, mas que, infelizmente, não impediram a morte de mais de cem mil brasileiros (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

¹ Texto para discussão do Observatório Socioeconômico da COVID-19, projeto realizado pelo Grupo de Estudos em Administração Pública, Econômica e Financeira (GEAPEF) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e que conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERS) por meio do Edital Emergencial 06/2020 como resposta à crise provocada pela pandemia da COVID-19.

² Professora de Administração e Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais, IFRS *Campus Rolante*. Mestre em Administração pela UFSM. E-mail: aline.schuh@rolante.ifrs.edu.br.

³ Professora de Administração e Coordenadora do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, IFRS *Campus Rolante*. Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: ana.alves@rolante.ifrs.edu.br.

Nesse sentido, a pandemia da COVID-19 se tornou um desafio global que exige que governantes e formuladores de políticas públicas, bem como outros atores relevantes, abordem dimensões que vão além das implicações desta pandemia para a saúde e o bem-estar da população (LAMBERT et al., 2020). Isso porque, outras consequências também são observadas, especialmente aquelas ligadas ao contexto socioeconômico, como a redução da arrecadação por parte dos governos, o aumento das taxas de desemprego, e a redução do consumo. Observa-se ainda que outros problemas sociais têm se agravado, como o aumento do número de casos de violência doméstica e feminicídios, e o crescimento da população em situação de rua e/ou em situação de vulnerabilidade social (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020; IPEA, 2020). Esse cenário também impõe uma série de desafios para as organizações de forma geral, envolvendo as áreas de saúde e segurança, cadeia de suprimentos, força de trabalho, fluxo de caixa, demanda do consumidor e marketing (HAKOVIRTA; DENUWARA, 2020).

Somado a isso, a pandemia da COVID-19 criou “a maior crise no sistema de educação global da história”, afetando, aproximadamente, 1.6 bilhões de estudantes, em mais de 190 países, e em todos os continentes. Estima-se que 94% da população mundial de estudantes tenha sido impactada, e esse percentual chega a 99% em países de baixa renda (ONU, 2020).

Com o avanço da pandemia, as instituições de ensino tornaram-se possíveis fontes de contágio em massa, o que orientou a interrupção das aulas no Brasil (SCHIAVI, FERNANDES, PEDROZO, 2020). No país, a maioria das instituições de ensino permanecem fechadas para atividades presenciais desde março de 2020, impactando mais de 52 milhões de estudantes, conforme dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNICEF (2020). Especialistas consideram que a continuidade do aprendizado em casa é fundamental, uma vez que o fechamento prolongado das instituições de ensino pode atrasar o aprendizado, principalmente de crianças e adolescentes, e ampliar o risco de evasão dos estudantes mais vulneráveis (UNICEF, 2020).

Visando minimizar tais impactos, uma alternativa que vem sendo discutida e implementada é o ensino remoto emergencial. No entanto, a solução para esse problema é mais complexa do que a simples adoção de atividades pedagógicas não presenciais por parte das instituições de ensino. Isso porque, apesar da transformação digital vivenciada pela sociedade nos últimos anos, dados apontam que 39% dos estudantes de escolas públicas brasileiras não têm computador ou tablet em

suas residências (CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, 2019).

A ausência de dispositivos e espaço adequados, bem como falta de acesso à Internet, além de outras vulnerabilidades sociais que os estudantes de escolas públicas enfrentam, têm dificultado a busca por soluções mais inclusivas por gestores de ensino para o enfrentamento da atual pandemia. Essa realidade parece ser mais evidente nas escolas públicas municipais e estaduais, mas também inclui as escolas públicas federais, destacando-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

De forma geral, os IFs funcionam com estruturas multicampi voltadas à interiorização da educação, buscando alavancar o desenvolvimento regional. Articulados nos eixos ensino, pesquisa e extensão, os IFs oferecem educação profissional de diferentes modalidades e níveis de ensino, e atendem a estudantes dos mais variados perfis, preparando os egressos para o mundo do trabalho e para a inserção social (PALMA; ALVES; SILVA, 2013).

Atualmente, existem trinta e oito Institutos Federais em funcionamento no Brasil, sendo três deles localizados no Rio Grande do Sul: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense (IFSul). Essas instituições atendem mais de 54 mil estudantes em cursos regulares, espalhados em quarenta e um municípios do Rio Grande do Sul (MEC, 2019).

Diante do exposto, o presente texto visa refletir sobre as iniciativas para enfrentamento da pandemia da COVID-19, a partir das perspectivas dos Institutos Federais localizados no Rio Grande do Sul. Para tanto, argumenta-se sobre as particularidades dessas instituições, bem como os principais desafios enfrentados. Não se pretende esgotar o debate sobre a temática. Pelo contrário, deseja-se estimular a discussão para buscar alternativas para o atendimento das necessidades de todas as partes interessadas da comunidade acadêmica.

2 DISCUSSÃO

A discussão está organizada em dois tópicos. No primeiro tópico, descreve-se a atuação dos Institutos Federais de forma geral, e são abordadas especificidades dos IFs localizados no Rio

Grande do Sul. No segundo tópico, reflete-se sobre as iniciativas para o enfrentamento da crise causada pelo novo Coronavírus por parte dos três IFs do Rio Grande do Sul.

2.1 A atuação dos Institutos Federais do Rio Grande do Sul

Visando suprir a necessidade de mão de obra qualificada no Brasil, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) (PALMA; ALVES; SILVA, 2013). Instituídos pela Lei nº 11.892/2008, os IFs são instituições pluricurriculares e multicampi, voltados para a oferta de educação profissional e tecnológica, em diferentes níveis de ensino (BRASIL, 2008). Tais instituições trabalham com a verticalização do ensino, oferecendo cursos técnicos de nível médio, licenciaturas, bacharelados e tecnólogos, além de cursos de pós-graduação.

Dentre as finalidades e características dos IFs, está o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica alinhado à geração de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais (BRASIL, 2008). Nesse sentido, verifica-se que essas instituições têm como principal característica a interiorização da educação pública federal, com ênfase nas características e no desenvolvimento socioeconômico local. De acordo com Palma, Alves e Silva (2013), a estruturação dos IFs, com reitorias, campi em cidades-polo e campi avançados distantes de regiões metropolitanas, tem por objetivo fomentar o desenvolvimento regional. Diante disso, observa-se sua presença em todo território nacional, com atuação tanto nas capitais quanto em diversas cidades do interior.

Para Pacheco, Caldas e Domingos Sobrinho (2012), os IFs têm papel central no combate às desigualdades regionais, e por isso devem levar em consideração o contexto local para a adoção de práticas educativas alinhadas com a realidade em que estão inseridos. Nessa mesma perspectiva, Gattermann e Possa (2018) destacam que a criação dos IFs foi pautada para levar a educação profissional e tecnológica, principalmente, para regiões de maior risco de vulnerabilidade social, econômica e produtiva.

De acordo com o Ministério da Educação, existem 38 Institutos Federais, com unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país (MEC, 2020). No Rio Grande do Sul, estão localizados três Institutos Federais (BRASIL, 2008):

- O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), criado mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão. Possui 17 *campi* e a reitoria está localizada na cidade de Bento Gonçalves;
- O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), formado mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete. O IFFar possui 11 *campi* e a reitoria está situada em Santa Maria; e,
- O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Riograndense (IFSul), criado mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas. A reitoria está localizada na cidade de Pelotas, e a instituição possui 14 *campi*.

Os IFs gaúchos são considerados instituições de ensino de excelência, com resultados significativos em diferentes rankings e avaliações, como no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Além disso, possuem conceito quatro no Índice Geral de Cursos (IGC) do MEC, em uma escala que vai até cinco (INEP, 2018).

Os dados da Plataforma Nilo Peçanha, do Ministério da Educação (2019), mostram que em 2019, os IFs gaúchos tinham mais de 54 mil estudantes matriculados em 622 cursos, distribuídos em 43 unidades. Ainda, segundo a Plataforma, em relação às características, a maioria dos estudantes atendidos por essas três instituições são pretos e pardos (10,86% e 50,71%, respectivamente), e de baixa renda, conforme ilustrado na Tabela 01.

Tabela 01 – Renda per capita dos estudantes dos IFs gaúchos

Renda per capita	Percentual de estudantes
Até 0,5 salário mínimo	32,5%
Entre 0,5 e 1,0 salário mínimo	26,79%
Entre 1,0 e 1,5 salários mínimos	17,46%
Entre 1,5 e 2,5 salários mínimos	11,97%

Entre 2,5 e 3,5 salários mínimos	5,01%
Acima de 3,5 salários mínimos	6,22%

Fonte: MEC/Plataforma Nilo Peçanha - PNP (2019).

Diante dessa realidade socioeconômica, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2010 pelo Decreto nº. 7.234, é fundamental para garantir a permanência e êxito dos estudantes dessas instituições. O PNAES visa atender, prioritariamente, os estudantes oriundos de escolas públicas ou com renda per capita de até 1,5 salários mínimos, por meio de subsídios para moradia estudantil, alimentação, transporte, entre outros (BRASIL, 2010).

Apesar da existência e do alcance da política de assistência estudantil, sabe-se que, infelizmente, ela não é suficiente para sanar todas as dificuldades que os estudantes da rede pública federal enfrentam. No IFRS, por exemplo, 33,1% dos estudantes receberam auxílio estudantil em 2019, conforme diagnóstico interno realizado pela instituição (IFRS, 2020a). Além disso, o estudo desta instituição evidenciou outros aspectos que precisam ser considerados: 19,8% dos estudantes são responsáveis pelo cuidado de irmãos ou outros parentes menores de idade, 12,6% não possuem computador em casa, e 4,2% não possuem acesso à internet em suas residências.

A pandemia da COVID-19 impacta ainda mais em tais dificuldades. Segundo Schiavi, Fernandes e Pedrozo (2020), durante a pandemia, a desigualdade social do país se reflete, principalmente, nas desigualdades de renda e de acesso a serviços básicos sanitários e de saúde. Nesse sentido, os autores afirmam que o atual contexto vem impondo novas demandas à educação que já lida com problemas complexos. Essas novas demandas merecem uma reflexão a partir da perspectiva dos Institutos Federais em atuação no Rio Grande do Sul, que atendem milhares de estudantes em diferentes municípios do estado. No próximo tópico, reflete-se sobre as iniciativas dos IFs gaúchos para o enfrentamento das novas demandas impostas pelo novo Coronavírus.

2.2 O enfrentamento da crise pelos Institutos Federais do Rio Grande do Sul

A suspensão de atividades presenciais em virtude da pandemia da COVID-19 impactou diretamente a educação, principalmente no que se refere a estrutura de organização do ensino e nas relações sociais que se estabeleciam no espaço educacional. O calendário acadêmico definido para

2020 não poderá ser cumprido conforme planejado, o que influencia na defasagem do ensino, perda de importantes atividades formativas, além de reduzir a possibilidade de acesso ao ensino superior ou pós-graduação. Adicionalmente, a pandemia impacta em problemas financeiros, políticos e psicológicos para todos os envolvidos no ensino (SCHIAVI; FERNANDES; PEDROZO, 2020).

Nessa perspectiva, entende-se que, com a chegada da pandemia do novo Coronavírus, muitas das dificuldades enfrentadas são ampliadas em decorrência dos impactos socioeconômicos causados pela necessidade do isolamento social. Isso porque, atualmente, muitos estudantes e suas famílias passam por problemas financeiros, além da necessidade de lidar com as questões relacionadas à manutenção da saúde física e emocional. Um levantamento preliminar realizado em um dos *campi* do IFRS, localizado no Vale do Paranhana, por exemplo, identificou que 10,26% dos seus estudantes perdeu o emprego e teve, portanto, redução de renda em função da pandemia (IFRS CAMPUS ROLANTE, 2020).

Ainda que não existam dados centralizados sobre a situação socioeconômica dos estudantes dos três IFs gaúchos no período da pandemia, os levantamentos internos de cada unidade, bem como as ações desenvolvidas e as decisões tomadas desde o início da pandemia, incluindo ações relacionadas ao ensino remoto emergencial, evidenciam que o enfrentamento da crise é bastante complexo. Em relação ao ensino, a adoção de um ensino remoto emergencial parece ser uma solução que resolveria grande parte dos problemas na educação. Sobre isso, é importante ressaltar que o ensino remoto é diferente do Ensino a Distância (EAD). São conceitos que se aproximam e se assemelham no sentido de que se referem a uma educação mediada pela tecnologia. Contudo, os princípios do ensino remoto emergencial seguem os mesmos da educação presencial (RABELLO, 2020).

Sabe-se que desde a publicação da Portaria N°. 343/2020, do Ministério da Educação, que autorizou a substituição de aulas presenciais por aulas digitais, diferentes instituições privadas e públicas vêm adotando este tipo de ensino para o período de pandemia. No entanto, novos obstáculos vêm emergindo e restringem a educação, tais como: (a) acesso ao ensino remoto está vinculado a possuir um dispositivo adequado e acesso à internet; (b) necessidade de uma infraestrutura adequada e de equipamentos para desenvolver este ensino nas instituições; e, (c) novas competências necessárias aos docentes e discentes para ensinar e aprender por meio de ferramentas digitais (SCHIAVI; FERNANDES; PEDROZO, 2020).

Além disso, vale ressaltar que grande parte dos professores no Brasil não têm formação para o ensino remoto. Dados recentes de pesquisa realizada pelo Instituto Península (2020) revelam que 83% dos professores brasileiros, em média, não se sentem preparados para o ensino remoto emergencial. Desse modo, entende-se que essa modalidade de ensino exige maiores desafios dos professores. Isso porque, além dos problemas relacionados às tecnologias de informação e comunicação, essa prática demanda a adaptação de conteúdos, dinâmicas da sala de aula, aulas práticas, trabalho em equipe, e avaliações diferenciadas, sem prejudicar o processo de aprendizagem dos estudantes.

Diante desse contexto, os IFs gaúchos vêm trabalhando em alternativas para amenizar os impactos da pandemia, garantindo a saúde e segurança de sua comunidade acadêmica. Para tanto, precisam administrar situações distintas da pandemia nos diferentes municípios em que atuam, sob diferentes bandeiras e protocolos, conforme o Modelo de Distanciamento Controlado do Rio Grande do Sul. Esse modelo, que funciona por meio de um sistema de bandeiras, estabelece o grau de risco de cada região, com protocolos obrigatórios e critérios específicos a serem seguidos pelos diferentes setores econômicos (RIO GRANDE DO SUL, 2020). Desse modo, campi localizados em distintas regiões do estado encaram diferentes realidades e restrições quanto à pandemia. É preciso considerar, portanto, todos os protocolos obrigatórios de todas as regiões no enfrentamento à crise.

Ainda, conforme destacado anteriormente, os IFs atuam por meio de uma educação inclusiva, e, por isso, as particularidades e necessidades de seus estudantes têm sido levadas em consideração para a tomada de decisão. São percebidas diferentes opiniões e preocupações da comunidade acadêmica no que diz respeito a adoção de atividades remotas. Dentre essas, estão falta de acesso à internet, dificuldades de acesso às plataformas utilizadas pelo IFs, dificuldades de acesso às atividades em horários estipulados; falta de equipamentos adequados para o estudo, tais como computadores de mesa e notebooks; qualidade do material e atividades remotas; autonomia do estudante; espaço adequado em casa para estudo e concentração; aumento da ansiedade dos estudantes e dos docentes em relação às incertezas deste momento, aumento da desmotivação e desinteresse pelos estudos; e considerando uma possível distribuição de materiais impressos, preocupações com equipamentos de proteção individual e escala dos servidores. Estes relevantes

aspectos vêm sendo discutidos pelas instâncias superiores dos IFs para a construção de alternativas orientadas à preservação da vida e da saúde das pessoas.

No IFRS, IFFar e IFSul, as atividades presenciais estão suspensas e as deliberações quanto aos calendários acadêmicos, a adoção do ensino não presencial emergencial, bem como as ações necessárias para viabilizar essas práticas, foram - e ainda estão sendo - amplamente debatidas nos Conselhos Superiores (CONSUPs), que possuem representatividade de todos os segmentos da comunidade acadêmica. As principais decisões tomadas pelos IFs gaúchos com relação ao ano letivo e à adoção de um ensino remoto emergencial em meio a pandemia podem ser observadas no Quadro 01.

Quadro 01: Situação atual do ano letivo nos IFs gaúchos

IF	Calendário Acadêmico	Ensino não presencial emergencial
IFRS	Suspensão desde 16 de março de 2020 ⁴ .	Iniciou no dia 14 de setembro, em caráter optativo ⁵ .
IFFar	Suspensão de 15 de maio a 03 de agosto de 2020 ⁶ .	Realizado entre 16 de março e 14 de maio. Retomado a partir de 03 de agosto, juntamente com o restabelecimento do calendário acadêmico, para todos os estudantes ⁷ .
IFSul	Suspensão desde 16 de março de 2020 ⁸ . O restabelecimento fica a critério de cada campus, a partir de 21 de agosto de 2020.	Aprovado a partir de 21 de agosto de 2020, e cada <i>campus</i> tem autonomia para definir se terão caráter facultativo ou obrigatório aos estudantes ⁹ .

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Considerando os três Institutos Federais analisados, observa-se que, até o presente momento, apenas o IFFar retomou o calendário acadêmico de forma remota, para todos os seus *campi*, desde 03 de agosto de 2020. Para isso, a instituição adotou diversas medidas, tais como

⁴ [Resolução n. 009, de 28 de abril de 2020.](#)

⁵ [Resolução n. 038, de 21 de agosto de 2020.](#)

⁶ [Portaria n. 483, de 14 de maio de 2020.](#)

⁷ [Resolução CONSUP n. 039/2020.](#)

⁸ [Instrução de Serviço n. 10/2020.](#)

⁹ [Diretrizes para o desenvolvimento de atividades pedagógicas não presenciais no IFSul adotadas em razão da pandemia \(COVID-19\).](#)

formações pedagógicas e tecnológicas para estudantes e docentes, além da viabilização do pagamento de um auxílio inclusão digital para os estudantes em situação de vulnerabilidade social (IFFar, 2020a).

O IFRS estabeleceu o ensino não presencial emergencial em caráter optativo, a partir de 14 de setembro de 2020. Assim, os estudantes puderam optar pela adesão, e aqueles que concluírem os componentes com êxito poderão aproveitá-los, integralizando-os em seus históricos. O calendário acadêmico, contudo, não foi retomado. Com isso, a instituição visa garantir o direito ao ensino presencial, uma vez que os estudantes poderão continuar os estudos de forma presencial, da etapa em que as atividades foram suspensas, quando o calendário acadêmico e as atividades presenciais forem restabelecidas. Para os estudantes em situação de vulnerabilidade que optaram pelo ensino não presencial, a instituição também viabilizou auxílio financeiro para subsidiar o acesso à internet (IFRS, 2020b).

O IFSul também optou pela adoção de atividades pedagógicas não presenciais, conforme diretrizes aprovadas em 21 de agosto de 2020, e cada unidade da instituição terá autonomia para deliberar sobre o restabelecimento do calendário acadêmico, bem como quanto à obrigatoriedade da realização das atividades por parte dos estudantes. Para garantir a inclusão digital, a instituição também ofertará auxílio aos estudantes em situação de vulnerabilidade (IFSul, 2020a).

Importante destacar que durante os períodos de suspensão das atividades acadêmicas e não adoção do ensino não presencial emergencial, as instituições estabeleceram diretrizes para garantir a manutenção do contato com seus estudantes, bem como do aprendizado e do apoio psicopedagógico. Para isso, diversas atividades de caráter extracurricular foram adotadas, como palestras online, encontros virtuais, envio de materiais e exercícios complementares ou de revisão, preparatórios para ENEM, entre outros.

Além das atividades de ensino não presenciais, é oportuno ressaltar que as ações de pesquisa e extensão também continuam acontecendo de forma remota. Alguns editais para fomento de projetos de pesquisa e de extensão, bem como os projetos indissociáveis, que integram pesquisa, ensino e extensão, foram prorrogados para que os responsáveis pudessem planejar e adaptar as etapas para execução de modo remoto. Visando garantir a execução remota desses projetos, outros editais foram lançados. O IFRS, por exemplo, lançou um edital para auxílio inclusão digital para estudantes bolsistas, com o intuito de destinar recursos financeiros para aquisição de plano de

internet ou de dados móveis para o desenvolvimento das atividades inerentes ao projeto que estão desenvolvendo (IFRS, 2020c).

Nesse contexto, observa-se que a maioria das atividades têm sido adaptadas, e muitas iniciativas têm sido realizadas no âmbito da pesquisa e da extensão, para aproximar as instituições da comunidade acadêmica, como encontros virtuais com especialistas de determinada área, eventos artísticos e culturais online, bem como seminários e debates. Ressalta-se, ainda, que eventos acadêmicos, como o Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino, do IFRS, e a XI Mostra de Educação Profissional e Tecnológica, do IFFar, terão edições virtuais em 2020 (IFRS, 2020d; IFFar, 2020b).

Adicionalmente, os IFs gaúchos também têm atuado junto às comunidades, produzindo e fornecendo EPIs, álcool gel, e realizando outras ações de enfrentamento a pandemia. Essas ações são mapeadas e detalhadas em uma plataforma interativa, gerenciada pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF, 2020).

Ainda, visando amenizar a situação de vulnerabilidade social de alguns dos estudantes, os IFs vêm conduzindo ações para a distribuição de cestas básicas. O IFRS distribuiu mais de 2.500 cestas básicas para estudantes de baixa renda (IFRS, 2020e). Da mesma forma, o IFSul realizou levantamento junto à comunidade acadêmica e distribuiu 2.200 cestas básicas para mais de 1.100 estudantes (IFSul, 2020b). No IFFar, também foram distribuídos kits de alimentos para estudantes em situação de vulnerabilidade (IFFar, 2020c).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação atual da pandemia da COVID-19 impôs alterações significativas na dinâmica escolar. Diante da necessidade de isolamento social e da suspensão das atividades presenciais nas instituições de ensino, uma vez que tais instituições tornaram-se possíveis fontes de contágio em massa, emergem distintas preocupações, fragilidades e desafios, que devem ser consideradas no levantamento de alternativas para enfrentar a atual pandemia. Eis a nova realidade das escolas públicas municipais, estaduais e federais.

Nesse texto, o foco está nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em virtude de sua natureza de oferta de educação inclusiva, pública, gratuita e de qualidade, valorizando a diversidade e fortalecendo os arranjos produtivos, sociais e culturais das localidades

onde está instalado. Nesse contexto, buscou-se refletir sobre as iniciativas para enfrentamento da pandemia a partir da perspectiva dos Institutos Federais localizados no Rio Grande do Sul.

Com base nesta reflexão, é possível perceber que o ensino remoto emergencial vem sendo discutido e adotado pelos três institutos analisados. O ensino remoto emergencial tem sido a saída encontrada por muitas instituições de ensino, públicas e privadas, para garantir a continuidade do ano letivo, e também do ensino e aprendizagem dos estudantes.

No entanto, conforme abordado, para os IFs localizados no Rio Grande do Sul, essa decisão é bastante complexa e traz uma série de implicações. Isso porque, a pandemia impôs novos desafios e evidenciou problemas no que tange às dificuldades de acesso às tecnologias de comunicação e informação, bem como outras vulnerabilidades sociais enfrentadas pelos estudantes, além das restrições orçamentárias que as instituições públicas brasileiras já enfrentam há anos.

Dessa forma, é evidente a importância de ampla discussão sobre o ensino remoto emergencial, retorno do calendário acadêmico e ações necessárias para viabilizar a adoção dessas ações, entre representantes das partes envolvidas no ensino, pesquisa e extensão desses institutos. No IFRS, IFFar e IFSul, esse debate vem ocorrendo em instâncias superiores - exatamente, nos Conselhos Superiores (CONSUPs) - que possuem representatividade de todos os segmentos da comunidade acadêmica. As ações adotadas e decisões tomadas evidenciam que os IFs gaúchos têm tentado viabilizar soluções democráticas para manter uma educação inclusiva.

Com base nesses debates, os três Institutos Federais aprovaram um ensino remoto emergencial, com diferentes especificações. O IFFar é o único instituto que retomou o calendário acadêmico de forma remota para todos os seus *campi*. IFRS e IFSul também optaram pela adoção de atividades pedagógicas não presenciais. No entanto, o IFRS estabeleceu caráter optativo por parte dos estudantes, enquanto o IFSul definiu que cada *campus* tem autonomia para deliberar sobre o restabelecimento do calendário acadêmico e acerca a obrigatoriedade da realização das atividades remotas por parte dos estudantes. Além da preocupação com os calendários letivos e manutenção do aprendizado, as instituições têm atuado junto às suas comunidades locais em ações de ensino, pesquisa e extensão para o enfrentamento da crise. Por meio da produção de EPIs, ações sociais para doação de alimentos e produtos de higiene, e estudos relacionados à pandemia, por exemplo, os IFs reforçam o papel da rede federal de educação na sociedade.

Diante dessa nova realidade, entende-se que algumas inquietações emergem, e merecem outras discussões, conforme o andamento da adoção de atividades remotas nos Institutos Federais, como por exemplo: (1) como incluir todos os estudantes nas atividades remotas? (2) os estudantes possuem, de fato, condições para acompanhar as atividades pedagógicas não presenciais? (3) como deve ser o acompanhamento da aprendizagem e do aproveitamento dos estudantes durante esse período? (4) como amparar psicologicamente estudantes, famílias e servidores? (5) como identificar se o ensino remoto emergencial adotado pelos IFs atingiu o seu objetivo? (6) como avaliar o andamento dos projetos de pesquisa e extensão?

Portanto, não se pretende esgotar o debate sobre a temática. Pelo contrário, deseja-se estimular a discussão para buscar alternativas para o atendimento das necessidades de todas as partes interessadas da comunidade acadêmica, bem como contribuir para a oferta de educação pública, gratuita, de qualidade e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

BRASIL. Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC). **Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas brasileiras**. São Paulo: 2019. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/educacao/2019/escolas-urbanas-alunos/B6/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Nota técnica: violência doméstica durante a pandemia de Covid-19. 2020**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2020.

GATTERMANN, Beatris; POSSA, Leandra Boer. Inclusão e aprendizagem como imperativos da governamentalidade neoliberal e a criação dos Institutos Federais de Educação no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 13, n. 5, p. 1632-1651, 2018.

HAKOVIRTA, Marko; DENUWARA, Navodya. How COVID-19 Redefines the Concept of Sustainability. **Sustainability**. v.12, 3727, 2020.



INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Nota técnica: estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. 2020. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf.

Acesso em: 08 ago. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. (IFRS). **Diagnóstico discente do IFRS**. Bento Gonçalves: 2020a. Disponível em: <https://analytics.zoho.com/open-view/2260418000000036086>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Estudantes recebem cestas básicas em ação do IFRS**. Bento Gonçalves: 2020e. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/estudantes-recebem-cestas-basicas-em-acao-do-ifrs/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

_____. **IFRS vai ofertar atividades pedagógicas não presenciais**. Bento Gonçalves: 2020b. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ifrs-vai-ofertar-atividades-pedagogicas-nao-presenciais/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

_____. **Solicitação de auxílio inclusão digital para estudantes bolsistas**. Bento Gonçalves: 2020c. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/editais/edital-ifrs-no-40-2020-solicitacao-de-auxilio-inclusao-digital-para-estudantes-bolsistas/>. Acesso em: 18 set. 2020.

_____. **Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino terá edição virtual em dezembro**. Bento Gonçalves: 2020d. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/salao-tera-edicao-virtual-em-dezembro/>. Acesso em: 15 set. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – CAMPUS ROLANTE. **Levantamento sobre a quarentena – discentes IFRS Campus Rolante**. Rolante: 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **IFFar produz e doa materiais e alimentos a prefeituras e instituições**. Santa Maria: 2020c. Disponível em: <https://iffarpilha.edu.br/ultimas-noticias/item/17344-iffar-produz-e-doa-materiais-e-alimentos-%C3%A0-prefeituras-e-institu%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Retorno das aulas de modo não presencial**. Santa Maria: 2020a. Disponível em: <https://www.iffarpilha.edu.br/ultimas-noticias/item/18210-material-com-d%C3%BAvidas-frequentes-sobre-retorno-das-aulas-n%C3%A3o-presenciais-est%C3%A1-dispon%C3%ADvel>. Acesso em: 11 ago. 2020.

_____. **Submissões de trabalhos para a XI MEPT estão abertas até 21/10**. Santa Maria: 2020b. Disponível em: <https://www.iffarpilha.edu.br/ultimas-noticias/item/17957->

[submiss%C3%B5es-de-trabalhos-para-a-xi-mept-est%C3%A3o-abertas-at%C3%A9-21-10](#). Acesso em: 15 set. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE. **IFsul inicia entrega de mais de 2.200 cestas básicas a estudantes em situação de vulnerabilidade social**. Pelotas: 2020b. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/ultimas-noticias/3286-ifsul-inicia-entrega-de-mais-de-2-200-cestas-basicas-a-estudantes-em-situacao-de-vulnerabilidade-social>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **Diretrizes para o desenvolvimento de atividades pedagógicas não presenciais em razão da pandemia COVID-19**. Pelotas: 2020a. Disponível em: <http://www.ifsul.edu.br/component/k2/itemlist/category/163-conselho-superior-resolucoes-2020>. Acesso em: 24 ago. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resultados dos indicadores de qualidade - IGC 2018**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores-de-qualidade/resultados>. Acesso em: 12 ago. 2020.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil**. São Paulo: 2020. Disponível em: <https://institutopeninsula.org.br/pesquisa-sentimento-e-percepcao-dos-professores-nos-diferentes-estagios-do-coronavirus-no-brasil/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

LAMBERT, Helen; GRUPTA, Jaideep; FLETCHER, Helen; HAMMOND, Laura; LOWE, Nicola; PELLING, Mark; RAINA, Neelam; SHAHID, Tahrat; SHANKS, Kelsey. COVID-19 as a global challenge: towards an inclusive and sustainable future. **Lancet Planet Health 2020**, Published Online, July, 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Plataforma Nilo Peçanha (PNP) ano base 2019**. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em 10 ago. 2020.

_____. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Apresentação)**. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/#:~:text=Em%202019%2C%20a%20Rede%20Federal,e%20o%20Co%20I%20C%20A%20Pe%20dro%20II>. Acesso em 15 set. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Coronavírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 24 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **WHO Director-General's statement on IHR Emergency Committee on Novel Coronavirus (2019-nCoV)**. 2020. Disponível em: [https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihremergency-committee-on-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihremergency-committee-on-novel-coronavirus-(2019-ncov)). Acesso em: 07 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Policy Brief: Education during COVID-19 and beyond. 2020.** Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg_policy_brief_covid-19_and_education_august_2020.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNICEF). **Covid-19: Mais de 95% das crianças estão fora da escola na América Latina e no Caribe, estima o UNICEF.** Panamá: 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-mais-de-95-por-cento-das-criancas-fora-da-escola-na-america-latina-e-caribe>. Acesso em 08 ago. 2020.

PACHECO, Eliezer Moreira; CALDAS, Luiz; DOMINGOS SOBRINHO, M. D. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil**, p. 15-31, 2012.

PALMA, Lisiane Celia; ALVES, Nilo Barcelos; SILVA, Tânia Nunes da. Educação para a sustentabilidade: a construção de caminhos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, v. 14, n. 3, p. 83-118, 2013 .

RIO GRANDE DO SUL. **Modelo de distanciamento controlado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: 2020. Disponível em: <https://distanciamentocontrolado.rs.gov.br/>. Acesso em 15 set. 2020.

SCHIAVI, Cristiano Sordi; FERNANDES, Érik Álvaro; PEDROZO, Eugenio Avila. Complexidade Moriniana e as Policrises da COVID-19: por uma educação humanizadora frente à crise planetária. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 4, p. 402-426, 2020.

SILVA, Delmira Santos da Conceição; SANTOS, Marília Barbosa dos; SOARES, Maria José Nascimento. Impactos Causados Pela COVID-19: um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 4, p. 128-147, 2020.